

dos atletas enviou para o CAMI contratos. SEC SEG PÚBLICA – um dos atletas conheceu Wallisson em Portugal antes da pandemia. Ainda não foram levantadas informações sobre a hospedagem em Rio Claro. DPU – Se o aliciamento foi efetuado no Pará o crime lá se consumou. Antes de tomar um posicionamento enquanto COETRAE ainda temos que investigar melhor este caso, bem como disparar solicitações de acompanhamento aos órgãos de investigação dos locais citados como de passagem pelos atletas. MPE – necessário entendermos o caso como um todo, para não se perder as informações, ideal seria que a PF investigasse, mas podemos por meio de provocação às COETRAE's buscar construir um vínculo contactando os responsáveis pela investigação nos outros Estados. É muito importante acompanhar esse caso, vendo a melhor estratégia para esses casos e aperfeiçoando nosso enfrentamento. MPT-15 – deve-se oficializar MPT-02, COETRAE's do Pará, Maranhão e também identificar o Itamaraty, visto brasileiros estarem sendo levados do país em situação precária Portugal, Dubai e México. SJC – existe uma rede de comunicação direta entre as COETRAE's e os NETP's. ASBRAD – sugere busca nas entidades da sociedade civil de Dubai. CAMI – vai contatar os atletas brasileiros para saber se eles estão em contato com os colombianos que foram para Dubai, também irá compartilhar os documentos e os áudios enviados a ela pelos atletas. MPT-15 – O foco é Portugal, não é a primeira vez que há informações sobre este tipo de situação com atletas brasileiros em Portugal. Devemos acompanhar esse caso como um laboratório, vendo o que dá certo e errado e depois mandar para CONATRAE e/ou CONATRAP. DPU – necessário comunicar também a Superintendência do Maranhão e do Pará. Ponto de pauta: repercussão geral no RE 1.323.708-Pará. TRT-15: é de salutar importância porque existem muitas reviravoltas nas decisões judiciais, já se decidiu que um trabalho degradante não é escravo. É importante monitorar esse julgamento. DPU: é importante que nas ações/fiscalizações de combate ao trabalho escravo e/ou tráfico de pessoas atente-se à coleta da prova, esta deve ser bem produzida com vídeo, fotografia, vídeo imediata de depoimentos, porque tudo isso se esvai rapidamente, trabalhadores se mudam sem deixar contatos ou desistem de prestar depoimento, os alojamentos precários desaparecem, só com uma boa coleta de prova se consegue uma validação em juízo da situação. SRT: enviarei para a SJC compartilhar com o Colegiado uma decisão do TST que não reconhece a questão da subordinação estrutural para efeito de caracterização do vínculo empregatício. Essa questão é muito importante aos agentes que fazem o combate ao trabalho escravo em SP especialmente no setor de vestuário – oficinas de costura. Ponto de pauta: Informe sobre a reativação de 14 Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de São Paulo (Araçuaia, Bauru, Campinas, Guarulhos, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São João da Boa Vista, São José do Rio Preto, São Sebastião e Sorocaba), em cerimônia realizada no Palácio dos Bandeirantes com a presença do Secretário da SJC, do Vice-Governador de SP, membros deste Colegiado, que se pronunciaram, e de representantes das prefeituras onde estão localizados os CRETP's. As Prefeituras assinaram um Protocolo de Intenção com a SJC para futura celebração de Convênio visando a manutenção dos CRETP's. Objetivo é a articulação das instituições locais no enfrentamento ao tráfico de pessoas, trabalho escravo contemporâneo e exploração sexual. Já foram indicados membros para os Comitês Regionais, oriundos das áreas de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, PC, PM, PF, PRF, MPT e serão realizadas reuniões em cada Comitê. Com o início das reuniões os Colegiados locais indicarão entidades da sociedade civil para integrar os Grupos. Ponto de pauta: GT para revisão do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho análogo ao de Escravo, sua adequação ao Plano Nacional e inclusão de Instituições, composto por Repórter Brasil, Auditores Fiscais e CONTRAE, questionado se outros membros teriam interesse em participar, CAMI, ASBRAD e SINAIT manifestaram interesse. Agendada reunião para 27/08/2021 às 10H. Ponto de Pauta: Projeto Ação Integrada (PAI) – SJC: Em caso recente de resgate de trabalhadora doméstica, houve encaminhamento para CAPS, mas este entendeu que não havia necessidade de acompanhamento. O MPT-02 contactou o PAI (que recebe recursos do MPT) solicitando acompanhamento psicológico. Além disso, em outro caso o PAI está prestando auxílio financeiro à vítima. O MPT-02 já se manifestou no sentido de trazer o PAI para SP. ASBRAD: acompanhou a formação do PAI no RJ e tem a documentação, disponibilizou-se a participar da elaboração de um Plano de Trabalho. REPÓRTER BRASIL: também participou da elaboração deste Projeto no RJ e se colocou à disposição para elaboração de Plano de Trabalho. SRT: destacou a importância da presença do Instituto Ação Integrada (INAI) desde o início desta discussão. Por fim foi aprovada a Ata da 32ª Reunião da COETRAE. ABIT – apresentação do representante e da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

ATA DA 34ª RO DA COETRAE-SP – 28-10-2021

Ponto de pauta: Apresentação da atual Coordenação do NETP/SP, Ponto de pauta: Caso Jogadores de Futebol – CAMI relatou que o último contato dos atletas colombianos se deu quando eles chegaram no aeroporto de Dubai, já os atletas do Pará entraram em contato para saber se havia alguma novidade sobre o caso. Ressalta que neste caso o aliciador provavelmente continua em atividade e não se sabe exatamente quantos jovens estão com ele em Dubai, os próprios atletas informaram que eram 14, mas 2 ficaram no Brasil (o do Pará). SJC - informou que foram enviados Ofícios comunicando o fato e solicitando providências para o Itamaraty, COETRAE do Pará e do Maranhão. Estamos aguardando informações da Polícia Civil e Federal sobre instauração de Inquérito Policial. Secr. Seg. Pública – Informa que o Delegado responsável pelo caso se colocou à disposição para participar de reunião virtual da COETRAE ou de reunião com o NETP e que o Inquérito Policial instaurado se encontra em andamento. SJC – informe sobre caso encaminhado pelo NETP/RJ no qual suspeita-se de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, o relato diz que uma jovem de PE apresentou desorientação no Aeroporto do Galeão quando estava prestes a embarcar, foi atendida pelo Posto Avançado e posteriormente internada no Instituto Philippe Pinel. A jovem teria permanecido por um tempo em uma casa em São Bernardo do Campo/SP, onde supostamente teria sido explorada sexualmente. A jovem foi atraída ao local após receber uma proposta de carreira artística como cantora de funk. DPU – agradece o apoio prestado pela coordenação do NETP que enviou profissional do Serviço Social para apoiar força tarefa em ação ocorrida em 27/10/2021 na região de Registro, na mesma hora da solicitação. Ponto de pauta: Aprovada a Ata da 33ª Reunião Ordinária da COETRAE. SJC – informou sobre a ONG Exodus Road que já realiza capacitação de policiais no Tocantins e Amazonas e se encontra em tratativas com outros Estados, inclusive SP, para formalização de convênio com o mesmo objetivo. Informe sobre as reuniões já realizadas com os Comitês Regionais: São José dos Campos, São Sebastião, Guarulhos e Ribeirão Preto. CAMI – acolhimento das vítimas é de grande relevância, relatou situação de Iraniano que foi acolhido por projeto gerido pelo CAMI, projeto este que garante apoio assistencial e psicológico à vítima durante 07 dias, mas após este período não há um lugar adequado para abrigar as vítimas de trabalho análogo e estas acabam sendo encaminhadas aos abrigos para pessoas em “situação de rua”. Também ressaltou a necessidade de um “ponto focal” no Colegiado para a solução das questões de Serviço Social. MPT-15 – concordo, a questão do abrigamento é onde o Estado falha, também agradeceu o apoio prestado pela coordenação do NETP/SP e falou sobre a necessidade da criação de um Fundo Estadual para gerir as despesas do pós-resgate. MPT-02 – relatou problemas com a rede de atendimento exemplificando com um caso de trabalhadora doméstica que foi resgatada e possui problemas de saúde. SRT/ES-SP – ratifica os argumentos apresentados por CAMI, MPT-15 e MPT-02, resalta a importância de um planejamento mínimo das ações e relata caso bem-sucedido de resgate de trabalhadora doméstica filipina, posteriormente abrigada em local especializado da Prefeitura de São Paulo, em visita ao local foi constatada sua adequação à este tipo de demanda – mulher imigrante. Já está encaminhado o pagamento das verbas indenizatórias e está garantido seu retorno às Filipinas, como é

o desejo dela. DPE – partilhou a dificuldade com a questão dos abrigamentos de assistidos da Defensoria. E colocou a Defensoria à disposição nas situações de judicialização dos casos. Ponto de pauta – Projeto Ação Integrada – REPÓRTER BRASIL – A ideia deste Projeto surgiu no Mato Grosso e era coordenado pela SRT com o intuito de cuidar da articulação de ações no “pós-resgate”, indo além do fornecimento das verbas rescisórias e documentação civil, e garantindo também qualificação para o trabalho, formação formal, havia muitas parcerias com o Sistema S, com o tempo o Projeto se modificou, se aprimorou, se humanizou, outras parcerias foram realizadas, como OIT, Justiça do Trabalho, MPT-23. A experiência foi levada para outros Estados como Bahia e Rio de Janeiro. Sugere que se convide alguns destes Projetos para relatar a experiência com o Ação Integrada. MPT-02 – As metas do MPT de 2021 em São Paulo são Projeto Capacitação, Projeto Liberdade no Ar (sobre tráfico de pessoas) e a Implementação da Ação Integrada. REPÓRTER BRASIL – questiona se houve, na reunião anterior, a indicação de um GT para discussão do Projeto Ação Integrada. MPT-02 – seria interessante se fossem indicados representantes da COETRAE para um diálogo. REPÓRTER BRASIL e CAMI – sugerem a criação de um GT para discutir as questões de pós-resgate e o Projeto Ação Integrada. ASBRAD – também tem interesse em participar do GT. A ASBRAD conta com uma parceria com a LATAM que oferece passagens aéreas para vítimas de tráfico de pessoas que precisem ser recambiadas nacional e internacionalmente (nos trechos operados pela LATAM) também tem uma Casa Abrigo, em Guarulhos, para mulheres vítimas de violência, de tráfico de pessoas e migrantes e um Centro de Atendimento ao Migrante em Guarulhos. Ponto de pauta: Revisão do Plano Estadual. SRT/ES-SP - A tarefa do GT para revisão do Plano Estadual era realizar adequações no Plano Estadual tendo em vista as diretrizes do Plano Nacional, levando em conta a Carta da CONATRAE que apontava as dissintonias do Plano Estadual em relação ao Nacional. DPU – sugere que seja enviado aos membros do Colegiado, por e-mail, a íntegra do trabalho realizado pelo GT, para análise e na próxima reunião cada representante poderá apresentar sugestões. ASBRAD – seria interessante se a Secretaria Executiva realizasse uma pré-triagem das sugestões enviadas pelos membros do Colegiado sobre a revisão do Plano para otimizar a análise. REPÓRTER BRASIL – questiona se é possível alterar a condição das organizações da sociedade civil de observadores para membros da COETRAE. SJC – as indicações de membros e observadores estão previstas no Decreto, alterações dependem de mudança no Decreto.

ATA DA 35ª RO DA COETRAE – 23-6-2022

Ponto de pauta: Aprovada a ata da 34ª RO da COETRAE, Ponto de pauta: informe sobre o aumento do número de denúncias recebidas pelo NETP, importância do apoio das diversas instituições que compõem este Colegiado. DPU: em sua prática profissional também tem sentido um aumento do número de casos de trabalho escravo contemporâneo. CAMI: ressalta que os indivíduos que foram vítimas de tráfico de pessoas e em seguida submetidas a trabalho escravo, nunca fornecem de imediato os endereços dos locais por onde passaram visto que os que os traficaram conhecem suas famílias e as ameaçam. Daí a importância de um bom acolhimento no pós-resgate, capaz de gerar uma relação de confiança que permita às vítimas a denúncia completa. MPT-15: relatou situação de trabalhadores Venezuelanos resgatados na região de Marília, chamou a atenção para o fato de que o encaminhamento de trabalhadores Venezuelanos interiorizados (Operação Acolhida) deve ter mais atenção e cuidado ao cadastrar as empresas que estão contratando estes trabalhadores, checando os responsáveis e as condições de trabalho. CAMI: sugere que seja entregue aos interiorizados um panfleto com seus direitos e endereços/telefones de locais para denúncias, o CAMI montou um guia de bolso com estas informações, mas não tem verba para reprodução. SJC: está ocorrendo a atualização do Guia do Imigrante. Poderíamos realizar uma reunião com o Comando do Exército para tratar destes assuntos. ASBRAD: nossa sede fica em Guarulhos e pela proximidade com o Aeroporto Internacional estamos atendendo diretamente os imigrantes Afegãos, a preocupação com estes migrantes é gigantesca, por conta da especificidade deste povo, também estão sofrendo muito com xenofobia. Em razão da falta de vagas nos abrigos para migrantes, que estão todos lotados, muitos estamos encaminhando para instituições novas ligadas a Igrejas, tivemos a oportunidade de visitar estas instituições pessoalmente, mas são novas e sem tradição de trabalho na área, então não existe muita garantia do trabalho que será realizado. Temos escutado das agências da ONU que não existe recurso para atender a essa população. A prefeitura de Guarulhos só tem atendimento para população de rua. Ouvi comentários de que milhares de vistos humanitários foram conferidos à Afegãos, não consegui checar a veracidade desta informação. Precisamos saber destes números com exatidão para nos prepararmos, é necessário que os governos, em todas as instâncias se preparem para acolher estes migrantes afegãos antes que desembarquem no aeroporto internacional de SP. CAMI: também estamos recebendo Afegãos, solicitando abrigo, trabalho, documentos e etc. Reitero as preocupações da ASBRAD. Secr SAÚDE: Além de todas as dificuldades com os migrantes afegãos existe um risco sanitário. As ações não precisam ser focadas apenas em um município ou em um estado do Brasil. Existem oportunidades além de SP: sugere a formação de um mini comitê para se tratar da questão dos afegãos, de forma efetiva e realizar um projeto que enfrente a situação. SJC: conversamos com ACNUR sobre a questão de abrigamento dos afegãos e solicitamos uma reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Social para a instituição de grupo de trabalho específico. MP: acabei de checar com a nossa Coordenadora de Inclusão Social e de pronto ela informou que não há no MP-SP procedimento de acompanhamento da política pública de recebimento dos afegãos. Internamente vou provocar esta coordenadoria ou a promotoria de DH para um questionamento aos governos federal e estadual quanto a ausência de informações sobre estes migrantes, não em viés de responsabilização, mas num primeiro momento em relação a ausência de informações. Em outro momento conversar com a Defensoria Pública e com o MPF para que não haja discussão sobre atribuição. Afinal a ausência de informações pode desaguar em trabalho escravo e em tantos outros problemas. ASBRAD: sugere que se questione o MRE sobre a quantidade de vistos que estão sendo liberados. Secr SAÚDE sugere o apoio das Secretarias de Desenvolvimento Social e de Desenvolvimento Econômico. Ponto de pauta: Solicitação da ABIN compor a COETRAE, deliberado, após amplo debate, pela negativa, uma vez que a missão da ABIN não se coaduna à missão da COETRAE. Além disso, desrespeitaria a paridade de Instituições já existente no Colegiado, e prevista no Decreto Estadual que regulamenta a COETRAE. Não foi descartada a possibilidade de parcerias eventuais com a ABIN, na medida em que o Colegiado da COETRAE entenda necessário. Ponto de pauta – Aprovação do Plano Estadual. Secr. SAÚDE: solicita prazo para apresentar o Plano internamente em sua Secretaria. SJC: chama a atenção sobre a criação de um Fundo Estadual, que é um dos pontos do Plano, traz o histórico de discussão de reuniões anteriores da COETRAE no qual se questionou qual seria o montante a compor este Fundo, MPT se comprometera a passar os valores. CAMI: solicita prazo para apresentar sugestões de ações de prevenção no Plano. Secr SAÚDE: solicita apresentar ao Colegiado dados da Vigilância Epidemiológica sobre a notificação de casos acerca da saúde do trabalhador em uma próxima reunião.

PROCESSO SJC Nº 835795/2017

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS – CEETP-SP

A reunião foi conduzida pelo Coordenador da CEETP e representante da Secretaria da Justiça e Cidadania - SJC, compareceram os membros representantes da Secretaria de Segurança Pública - SSP, da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, da Secretaria da Saúde – SES, da Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ, da Secretaria da Educação - SEE, da Secretaria de Turismo - SETUR, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, do Ministério Público Estadual – MPE, da Defensoria

Pública do Estado - DPE. Como convidada, a Coordenadora do Posto Humanizado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto de Guarulhos – PAAHM. Justificadas as ausências da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, da Superintendência Regional da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Defensoria Pública da União. Constavam na Pauta: A-Reestruturação da Secretaria da Justiça e Cidadania, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em 2019; B-Novo fluxograma de atendimento às Denúncias e organização de Forças-Tarefa; C-Reestruturação, plano de trabalho e agenda dos Comitês Regionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, D-Alinhamento interinstitucional do CEETP/SP; E-Ações efetivas e forças-tarefa articuladas pela Secretaria da Justiça e Cidadania relativas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual em 2019; F- Outros assuntos. O coordenador do CEETP/SP apresentou-se, seguido pela apresentação dos novos membros designados ao Comitê. A representante do TJSP atualizou informações sobre a Comissão Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Sexual do TJSP (CITTEI). Após as apresentações de todos os membros, o coordenador explanou sobre as mudanças ocorridas na Secretaria da Justiça e Cidadania, particularmente em relação à estrutura e atuação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP e projeto de ampliação para recebimento e atuação em denúncias de violações de Direitos Humanos, não restringindo somente ao tráfico de pessoas, trabalho análogo ao escravo e exploração sexual. Comentou sobre o número de denúncias recebidas diariamente pelo Disque 100, sendo cerca de 17.500, e destas 1.800 podem ser consideradas com materialidade de informação. Apresentou-se o novo fluxo interno de recebimento e tratamento das denúncias pelo NETP. Em relação ao tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, em recente reunião em Brasília, foi definido o Fluxo Nacional de Atendimento à Trabalhadores Resgatados, sendo o NETP e a COETRAE/SP parte fundamental envolvida nos casos. De 2013 ao início de 2016, o NETP contava com 15 Comitês Regionais Interinstitucionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nas principais regiões do estado de São Paulo, que por questões administrativas e políticas foram suspensos. Os 15 Comitês já possuem previsão legal e voltarão a funcionar a partir do início de 2020. Para os Comitês de Santos, Guarulhos, Sorocaba, São José dos Campos e Campinas já foi solicitado oficialmente aos dirigentes das instituições a designação de representantes nas respectivas regiões. Esses comitês são um espelho do CEETP, serão reunidos bimensalmente com a coordenação do NETP. O representante do TJSP aponta para uma adequação nos slides, onde consta como parceiras as “Instituições de abrigamento” sugere alterar para “Municípios”, que, de acordo com a conceitualização do SUAS, são os responsáveis pelos abrigos e possuem convênios com praticamente todas as ONG's que gerenciam abrigos, inclusive os das organizações religiosas. A coordenadora do PAAHM, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Guarulhos, relata a carência de serviços públicos no município de Guarulhos para atendimento e acolhimento específico para imigrantes, contando com o Estado para os encaminhamentos. A representante do CONSEG informa que este assunto foi pauta da última reunião do CONSEAS, onde discutiu-se a necessidade da criação de abrigos específicos para a população imigrante. O coordenador do CEETP comenta sobre a mudança na dinâmica dos fluxos migratórios, sendo o Brasil um país de passagem e não de destino como era no passado. Os migrantes que passam pela cidade de São Paulo comumente acabam sendo submetidos ao trabalho escravo urbano na indústria têxtil. Apresenta alguns números da ACNUR e UNODC. Considera os números irrealistas devido a subnotificação, uma vez que muitos migrantes entram e saem do país sem qualquer registro oficial. O representante da SEFAZ relata que fiscais tributários muitas vezes se deparam com situações diversas em suas visitas às “empresas” e, por fugir de sua competência e conhecimento técnico, não repassam a informação e não sabem por qual canal denunciar as condições adversas encontradas. A representante do TJSP propõe a criação de protocolos com diretrizes claras com as demais instituições para facilitar a troca de informações, incluindo as sigilosas. Se faz necessária a orientação e sensibilização dos atores públicos e sociais nas temáticas do tráfico de pessoas, trabalho escravo contemporâneo e outras violações, incluindo os que não atuam diretamente com os temas. A representante da SES comenta sobre as atividades do Grupo de Trabalho da Saúde onde discute casos e desenvolvem ações contra todas as formas de violência. Realizam webconferências sobre violências com o objetivo de desenvolver um olhar mais apurado aos profissionais da saúde, e, assim, estimular o compartilhamento de informações de forma institucional e sigilosa. Orienta que cada membro do comitê deve propiciar este olhar mais apurado em suas Secretarias e instituições. A representante do MPSP concorda e reforça que é uma questão de tomar “para si” a informação recebida e torná-la um fato com indícios e não pessoalidade. A representante da SETUR apresentou um caso em que uma professora denunciou internamente uma situação passada com uma criança e nenhuma providência foi tomada, resultando em a criança mudar de escola. A representante da SEE explanou sobre os Professores Mediadores, um programa iniciado em 2011, em que o professor atua como um tutor dos estudantes envolvidos em algum conflito. Esses professores passam por uma formação contínua em Direitos Humanos. Proposta de incluí-los na formação desses professores os temas discutidos por este comitê, pois eles seriam uma importante fonte de informação e mediação. O coordenador do CEETP apresentou uma retrospectiva dos casos e das forças-tarefa articuladas pelo NETP em 2019. Informou que neste ano, até o presente momento, foram recebidas 36 denúncias com materialidade de informação, sendo que 10 resultaram em forças-tarefa interinstitucionais. Foi solicitado aos membros indicações de instituições da Sociedade Civil para participar das reuniões da CEETP como convidadas.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS – CEETP-SP

A reunião foi realizada em 13-2-2020, conduzida pelo Coordenador do CEETP-SP e representante da Secretaria da Justiça e Cidadania-SJC. Compareceram os membros representantes das Secretarias de Estado, da Segurança Pública-SSP, de Desenvolvimento Social-SDS, da Saúde-SES, da Fazenda e Planejamento-SEFAZ, da Educação-SEE, da Habitação, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-TJSP, do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região-MPT15, da Defensoria Pública do Estado-DPE e da Defensoria Pública da União - DPU. Como convidados compareceram representantes do Posto Humanizado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto de Guarulhos-PAAHM. Das Organizações Sociedade Civil convidadas compareceram representantes da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude-ASBRAD, presença da América Latina-PAL, Rede um Grito pela Vida, SOS Dignidade e da Organização Internacional para as Migrações-OIM. Justificadas as ausências do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região e do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI. Constavam na Pauta: A) Aprovação da Ata da 25ª Reunião do CEETP; B) Apresentação das Organizações da Sociedade Civil; C) Solicitação da inclusão de novas Organizações; D) Reunião com Conselhos; E) Reativação e ações previstas para os Comitês Regionais; F) Proposta de alteração para as reuniões serem bimensais e G) Outros assuntos. A) Ata APROVADA. B) As Organizações da Sociedade Civil convidadas a integrar o CEETP apresentaram seus trabalhos na prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas. B-1) SOS Dignidade: atuam com transexuais e cafetinagem, foco nos interesses legítimos das vítimas e com representação legal, não atuam na repressão. B-2) PAL: articulação de políticas públicas, não atendem casos diretamente. B-3) Rede um Grito pela Vida: atuam com formação e sensibilização de pessoas, experiência em capacitações em tráfico de pessoas. B-4) Asbrad: atendimento a brasileiras e migrantes ameaçadas e ou vítimas de violência, resgatadas de tráfico de pessoas e trabalho análogo ao de esca-

vo. Trabalhos específicos com crianças. C) A OIM solicitou participação nas reuniões do CEETP, sendo aprovado pelos presentes na reunião. A organização surge como uma resposta humanitária aos fluxos migratórios. Auxílio no recâmbio de vítimas de tráfico. Articulação com órgãos públicos para fortalecimento das atuações locais. Comenta sobre a Oficina “Emigração e Retorno no Brasil”; Promovendo a Reintegração Sustentável de Brasileiros Retornados”, que será realizada em 24-3-2020 no auditório da Secretaria SJC. A Oficina é parte do Mecanismo Complementar Comum para uma Reintegração Sustentável no Brasil (SURE), um projeto que já auxiliou 3 mil brasileiros nos estados de Goiás (35% dos casos), MG e SP. Este Projeto SURE objetiva estruturar uma Rede de atenção e acolhimento aos retornados. Site com instituições envolvidas: ReintegracaoBrasil.com a representante da PAL sugere marcar uma reunião com a Presidente da Casa do Brasil em Portugal que estará em SP. O representante do TJSP relata um caso em que dezenas de crianças apátridas com passaporte chinês que, para conseguir se matricular nas escolas, o TJSP fez uma parceria com uma instituição do bairro da Liberdade para tradução dos documentos. A representante da SSP questiona se a OIM atua também com brasileiros encarcerados em outros países, que responde que não, reforçando a grande importância dos Conselhos. D) A coordenação do CEETP convidará os principais conselhos com nacionais envolvidos em tráfico de pessoas para reuniões. Reunião 1 - terá como pauta os principais países de destino dos brasileiros (Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Índia). Reunião 2 - terá como pauta o atendimento aos imigrantes desses países que estão no Brasil (Portugal, EUA, França, Suíça, Espanha, Itália, México). A representante da DPU sugere reunião com Dr. Iberê do TJSP referente ao seu projeto de capacitação profissional de jovens que chegam a maioria nos abrigos. A representante da SEE propõe uma conversa com representantes de Instituições de Ensino Superior e Técnico a respeito do reconhecimento e revalidação dos diplomas e matrículas nas instituições de migrantes e refugiados. O coordenador do CEETP solicita que na próxima reunião os participantes tragam possibilidades e iniciativas para prevenção e assistência à vítimas e migrantes. Em relação à capacitação de servidores públicos, a representante da SES menciona as webconferências já realizadas com temas relativos à violência para toda a rede da saúde, sugere a realização de uma específica sobre tráfico de pessoas. E) Ainda não foram recebidas pela coordenação do CEETP as designações de representantes de todas as instituições oficiais no ano passado para indicar representante para compor os Comitês Regionais. As pendentes serão novamente oficiadas, diante do necessário início das reuniões locais. F) Com a concordância de todos os membros, as reuniões passam a ser bimensais. G) A representante do MPT15 convida a todos para o Seminário Migração e Desenvolvimento Econômico: olhares sobre o tráfico de pessoas e o trabalho análogo à condição de escravo, a ser realizado em 16-3-2020, na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região em São Paulo, das 13h30 às 18h15. A representante da SEE comenta a respeito do Programa Migraeduca que será transmitido pela Rádio da Missão Paz e terá como pauta a acolhida dos brasileiros pelos hispânicos.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS – CEETP-SP E 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESTADUAL PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – COETRAE

A reunião foi conduzida pelo Coordenador da CEETP, da COETRAE e representante da Secretaria da Justiça e Cidadania - SJC, realizada em 13 de agosto de 2020, compareceram os membros representantes da compareceram os membros representantes das Secretarias Estaduais da Justiça e Cidadania - SJC, da Educação - SEDUC, da Habitação - SEHAB, da Saúde - SES, de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, de Agricultura e Abastecimento - SAA, da Fazenda – SEFAZ, das Defensorias Públicas do Estado - DPE e da União – DPU, dos Ministérios Públicos Federal – MPF Estadual – MPSP e do Trabalho – MPT2 e MPT15, dos Tribunais Regionais Federal – TRF3 e do Trabalho – TRT15, do Tribunal de Justiça do Estado – TJSP. Das Organizações da Sociedade Civil, compareceram representantes do Centro de Apoio e Pastoral do Migrante – CAMI, da Aliança Empreendedora, da Associação Brasileira do Varejo Têxtil – ABVTEX, da SOS Dignidade e da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD. E, como Observadores, representantes da Organização Internacional para as Migrações – OIM/ONU, do The Justice Movement (27 Million Brasil) e da Repórter Brasil. Cabe informar que a representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT/ONU informou por e-mail que a OIT encerrou em julho deste ano o projeto “Promovendo Melhorias das Condições de Trabalho e Gestão nas Oficinas de Costura do Estado de São Paulo”, e que, portanto, neste momento, carece de recursos humanos e materiais para acompanhar as atividades da COETRAE/SP. A reunião foi iniciada pelo coordenador da COETRAE/SP às 10h00, via Plataforma Digital Zoom, cedida na ocasião pela ONG The Justice Movement, de forma a garantir o distanciamento social no período de pandemia de Covid-19. Constavam na pauta: a) Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária conjunta da COETRAE/SP e do CEETP/SP, realizada em 16-06-2020 por plataforma digital; b) Análise e discussão da minuta da Recomendação de sigilo proposta na Reunião Extraordinária; c) Apresentação de casos atendidos pelas instituições da COETRAE/SP e do CEETP/SP no último bimestre. Após acolhidas as sugestões do representante do TRT15, a Ata foi APROVADA; Como encaminhamento da reunião extraordinária de 16-06-2020, baseado na discussão sobre a necessidade de reforçar o sigilo das informações relativas as denúncias e procedimentos administrativos e judiciais de casos de tráfico de pessoas, trabalho em condição análoga à de escravo e exploração sexual no estado de São Paulo, a coordenação da COETRAE/SP e do CEETP/SP elaborou uma minuta de Recomendação de sigilo. A minuta foi enviada anteriormente por e-mail a todos os integrantes destes colegiados para análise e discussão nesta reunião. Após debate do conteúdo, considerando opiniões divergentes nos ajustes sugeridos, decidiu-se por enviar novamente a minuta por e-mail com as alterações no texto realizadas nesta reunião, a fim de que os membros encaminhem suas sugestões até o dia 21-08-2020, as quais serão compiladas, debatidas em reunião técnica e a nova versão será apresentada na próxima reunião conjunta para aprovação final. Passando ao último item da pauta, foram apresentados três casos atendidos no último bimestre. O primeiro caso foi apresentado pela procuradora do trabalho representante do MPT2, sobre a força-tarefa composta pelo MPT, Polícia Civil - DHPP e NETP/COETRAE para o resgate de uma idosa, trabalhadora doméstica, abandonada por seus empregadores na residência onde morava e trabalhava. Foi encontrada no local em situação precária, além de relatar diversas irregularidades trabalhistas. MPT e DPU atuaram conjuntamente em favor da vítima resgatada, com Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela contra os réus. O segundo caso, exposto pela procuradora do trabalho representante do MPT15, foi sobre 16 tripulantes da Ucrânia, Croácia e Montenegro, em navio fundeado em São Sebastião (litoral norte SP), impedido de ancorar em outros estados devido à pandemia. Uma força-tarefa composta pelo MPT, Polícia Federal, COETRAE/SP, Capitânia dos Portos de São Sebastião, Auditores - Fiscais e Consulado da Ucrânia, foi constituída após recebimento de pedido de socorro dos tripulantes que estavam sem água e alimentos a bordo, sem receber salários e com todos os contratos de trabalho vencidos. A ação resultou no recâmbio de todos tripulantes para seus países de origem, após todos os accertos devidos, e na regularização da situação do navio. Devido à alta repercussão do caso, houve gravação de uma reportagem pelo Domingo Espetacular da TV Record, exibida em 19-07-2020. O terceiro caso foi apresentado pelo coordenador da COETRAE/SP, que explanou sobre a Operação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel de Combate ao Trabalho Escravo realizada na cidade de São Paulo, com a fiscalização de 8 oficinas de costura e audiências para regularização realizadas na sede da Secretaria da Justiça e Cidadania. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 12h20.